

PERFIS REGIONAIS DE MUDANÇA FAMILIAR

Síntese final

Karin Wall e Sofia Aboim

Em vez de uma súmula das conclusões desenvolvidas nos textos anteriores, optou-se por efectuar uma síntese final com base numa tipologia regional construída a partir das variáveis que, em cada artigo, salientaram uma maior capacidade para descrever a evolução das estruturas domésticas em Portugal. Através da análise regional ao nível das NUT III de indicadores relativos ao formato dos agregados domésticos, às características dos casais em união de facto e das famílias monoparentais e à população de jovens e de idosos a viverem sós ou em casal sem filhos, obtivemos perfis regionais de dinâmicas de transformação ocorridas entre 1991 e 2001, tendo encontrado quadros claramente diferenciados de mudança da vida familiar (quadro 1).¹

Um primeiro quadro destaca as dinâmicas de “conjugalização” que se fizeram sentir ou se acentuaram nalgumas regiões de Portugal entre 1991 e 2001. As regiões do Minho-Lima, Cávado, Baixo-Vouga, Dão-Lafões, Açores e Madeira formam um grupo que se caracteriza pelo “aumento da conjugalização”, ou seja, por um aumento de agregados de família simples constituídos por um casal, em detrimento de agregados de família complexa, tradicionalmente elevados nestas regiões. Assiste-se, com efeito, a uma diminuição bastante significativa deste último formato doméstico a favor de uma maior autonomização residencial dos núcleos conjugais. Trata-se, sobretudo, de casais unidos pelo vínculo legal do casamento, não havendo, por conseguinte, grande peso de práticas informais. Um segundo grupo, constituído pelas regiões do Ave, Tâmega e Entre Douro e Vouga, revela, por seu lado, uma consolidação da mesma tendência, que era já visível em 1991 (ao contrário do caso anterior): note-se, por exemplo, que já então a percentagem de agregados de família complexa era muito menor. Dá-se assim seguimento, ao longo destes dez anos, a uma tendência para a maior autonomia dos núcleos conjugais. Tanto no primeiro como no segundo grupo, o aumento da proporção de pessoas sós (de qualquer idade) ou de famílias monoparentais com filhos menores de 18 anos encontra-se abaixo da média nacional, reforçando o peso do movimento de conjugalização das formas de co-residência.

1 A identificação dos diferentes perfis que apresentamos no quadro 1 foi conseguida através da realização de uma análise da variação regional do conjunto de indicadores referidos. Num primeiro momento, construiu-se uma base de dados ao nível das NUT III, perfazendo um total de 30 casos, para os quais se indicaram dados, de 1991 e 2001, relativos à estrutura dos agregados domésticos, à proporção de núcleos conjugais a viver em união de facto, à proporção de núcleos monoparentais segundo a idade do filho mais novo, à proporção de famílias recompostas ou ainda de idosos a viver sós. Num segundo momento, procedeu-se à realização de uma análise hierárquica de *clusters*, que nos permitiu agrupar as 30 regiões de acordo com critérios de proximidade entre os vários indicadores, tendo-se obtido seis grupos significativamente diferenciados no que respeita às proporções destes em 1991 e em 2001. O que apresentamos aqui é, assim, um “mapa regional” dos principais movimentos de transformação ocorridos ao longo dos últimos dez anos.

Uma segunda tendência de mudança caracteriza-se pelo desenvolvimento do que entendemos serem indicadores de *individualização e de informalização*: aumentam bastante as percentagens de pessoas sós, com algum destaque para a população jovem a viver só, e de famílias monoparentais com filhos menores, bem como as práticas informais de conjugalidade, sobretudo quando associadas a indivíduos com maiores capitais escolares. Em contrapartida, assiste-se a uma diminuição da dimensão média da família, da proporção de casais com filhos, ou ainda do número de agregados de famílias complexas. Este conjunto de características da co-residência, que se impõe sobretudo na faixa litoral do país, desde Coimbra a Setúbal, mas que também engloba a norte a região do Grande Porto e a sul a região do Algarve, pode, contudo, alicerçar-se nas várias regiões com intensidades algo diversas. Pode, com efeito, tratar-se do acentuar progressivo, ao longo da década de 1990, de processos de individualização e de informalização que já se vislumbravam em 1991 e que agora aparecem reforçados, numa linha de continuidade; ou pode tratar-se, antes, de um desenvolvimento que aparece hoje em ruptura com o recorte familiar de 1991, representando, apesar de serem tendências presentemente mais ténues do que no caso anterior, uma maior transformação face à realidade de há dez anos atrás. Englobadas na primeira situação encontramos as regiões da Grande Lisboa, da Península de Setúbal e do Algarve (grupo 4) que, de algum modo, representam a "vanguarda modernista" do país e estão mais próximas do tracejado que encontramos noutras contextos europeus, onde as novas formas de família, a coabitação e a individualização da vida familiar já ganharam mais expressão. No segundo caso encontramos as regiões do Grande Porto (onde as mudanças foram muitíssimo acentuadas), do Baixo Mondego, do Pinhal Litoral, do Oeste, do Médio Tejo e da Lezíria do Tejo (grupo 3), que apresentaram mudanças muito significativas ao longo dos anos 90, do ponto de vista das estruturas familiares.

Por último, devemos ainda referenciar os movimentos de mudança que se estabelecem preferencialmente na faixa interior do país e que expressam, globalmente, a presença de condições associadas ao "isolamento". Com efeito, abrangendo toda a região do Alentejo (grupo 5), uma dinâmica de *acentuar do isolamento e da informalização conjugal* destaca, num contexto em que o envelhecimento se mantém em níveis elevados, o acréscimo da percentagem de pessoas sós, sobretudo de idosos, de famílias monoparentais com filhos maiores de 18 anos e de práticas conjugais informais, preferencialmente associadas a meios sociais sem qualificações escolares (contrastando, por exemplo, com o perfil dos casais coabitantes do grupo 4). A par destes aumentos, note-se ainda o valor muito elevado de idosos a viver em casal sem filhos e a diminuição das famílias simples de casais com filhos. Trata-se assim de um isolamento que qualifica várias tendências cruzadas no mesmo espaço: o isolamento dos idosos (mais de 20% destes vivem sós e cerca de metade em casal sem filhos); o isolamento associado à erosão da proporção de casais com filhos, a par com o aumento de núcleos monoparentais com filhos mais velhos; o isolamento fomentado pela precariedade socioeconómica, que surge ainda, como no passado, associada à informalização do laçoconjugal. As dinâmicas que aqui intitulamos de "isolamento" servem ainda para qualificar o panorama característico da faixa interior norte e centro do país (grupo 6), em que genericamente se assiste a

Quadro 1 Dinâmicas de mudança 1991-2001: perfis regionais, NUT III (percentagem)

Agregados familiares	Total NUT III	Perfis regionais												
		GRUPO 1		GRUPO 2		GRUPO 3		GRUPO 4		GRUPO 5		GRUPO 6		
		Aumento da conjugualização	Acentuar da conjugualização	Aumentar da informalização e da individualização	Acentuar da informalização e da individualização	Acentuar do isolamento e da informalização	Estabilidade, isolamento e envelhecimento							
		Minho-Lima Cávado Baixo Vouga Dão-Lafões Açores Madeira	Ave Tâmega Entre Douro e Vouga	Grande Porto Baixo Mondego Pinhal Litoral Oeste Médio Tejo Lezíria do Tejo	Grande Lisboa Península de Setúbal Algarve	Alentejo Litoral Alto Alentejo Alentejo Central Baixo Alentejo	Douro Alto de Trás-os-Montes Pinhal Interior Norte Pinhal Interior Sul Serra da Estrela Beira Interior Norte Beira Interior Sul Cova da Beira							
Agregados familiares	2001 Δ1991-2001	2001 Δ1991-2001	2001 Δ1991-2001	2001 Δ1991-2001	2001 Δ1991-2001	2001 Δ1991-2001	2001 Δ1991-2001	2001 Δ1991-2001	2001 Δ1991-2001	2001 Δ1991-2001	2001 Δ1991-2001	2001 Δ1991-2001		
Estruturas domésticas														
· Dimensão média da família	2,8	-0,3	3,1	-0,4	3,1	-0,4	2,7	-0,3	2,6	-0,3	2,6	-0,2	2,6	-0,2
· Pessoas sós	17,3	3,7	14,1	2,5	11,6	1,9	17,9	4,3	20,2	5,2	20,6	3,9	20,6	2,8
· Várias pessoas	2,2	-0,8	2,4	-1,1	1,7	-0,8	1,6	-0,7	2,6	-0,5	1,7	-1,0	1,8	-1,0
· Famílias simples	70,1	0,7	68,5	3,0	75,2	1,9	71,5	-0,1	67,9	-1,3	69,6	-0,7	69,3	1,0
casais sem filhos	22,0	2,0	18,6	2,4	19,3	3,2	24,3	1,7	23,3	1,6	26,6	-0,1	27,7	1,2
casais com filhos	41,1	-2,7	42,8	-0,2	49,8	-1,8	40,9	-3,1	37,1	-5,1	37,0	-2,3	35,8	-1,2
monoparentais	7,0	1,4	7,1	0,8	6,2	0,6	6,4	1,3	7,5	2,1	6,0	1,7	5,0	0,9
· Famílias complexas	10,4	-3,6	15,1	-4,3	11,6	-2,9	9,0	-3,5	9,2	-3,5	8,1	-2,3	8,3	-2,7
Casais em coabitacão ¹														
· Todos	6,9	3,0	4,1	2,1	3,0	1,6	6,0	3,0	12,0	5,0	8,8	2,2	3,7	2,1
· Casais sem filhos	2,7	1,3	1,5	0,8	1,0	0,6	2,4	1,3	4,7	2,2	3,4	0,6	1,5	1,0
mulheres sem escolaridade	11,7	-12,4	11,3	-11,9	17,5	-13,5	10,6	-12,5	8,4	-11,0	28,7	-19,0	20,9	-15,6
mulheres com ensino superior	17,2	10,2	14,9	10,1	8,0	5,3	16,1	9,0	21,1	11,1	8,0	6,2	9,3	7,3
· Casais com filhos	4,2	1,7	2,6	1,2	2,0	1,0	3,6	1,7	7,3	2,9	5,4	1,6	2,2	1,2
mulheres sem escolaridade	5,8	-6,1	5,5	-4,6	6,8	-6,5	4,7	-6,6	5,2	-6,1	11,4	-10,0	8,9	-9,0
mulheres com ensino superior	9,0	5,1	7,5	4,9	5,3	3,7	8,6	5,1	10,7	5,2	5,9	4,7	6,3	3,8
Famílias monoparentais ²														
· filhos de todas as idades	17,9	4,8	18,0	2,2	14,3	1,9	16,3	4,5	19,2	8,8	17,1	6,2	15,7	3,1
· pelo menos um filho menor 18 anos	7,5	0,7	7,1	-0,8	5,2	-0,4	6,7	0,8	10,2	2,9	6,7	1,6	5,4	-0,3
Famílias recompostas ³	2,7	—	2,1	—	1,3	—	2,7	—	4,6	—	3,7	—	1,8	—
Jovens a viver sós (20-29 anos)	4,3	2,6	2,6	1,9	1,5	-0,2	4,9	3,8	6,6	4,8	3,3	1,3	2,9	1,5
Idosos a viver sós (65 e mais anos)	19,7	1,5	16,2	1,4	16,3	0,5	20,3	1,7	20,8	2,2	22,5	1,3	22,5	1,1
Idosos a viver em casal sem filhos	42,1	3,1	33,8	3,5	36,9	3,9	46,8	2,9	44,6	2,8	48,9	0,8	48,4	1,8

Notas: 1) Sobre o total de núcleos de casais (incluindo os avós com netos). 2) Núcleos monoparentais/de casais recompostos sobre o total de núcleos com filhos.

uma manutenção do tracejado verificado em 1991. Temos então um quadro de “*estabilidade, isolamento e envelhecimento*” marcado pela continuidade da elevada proporção de idosos a viver sós e também em casal sem filhos, e pela continuidade no decréscimo de estruturas conjugais de família com filhos (note-se, por exemplo, que são estas as regiões do país onde encontramos as menores percentagens de famílias simples de casal com filhos), cenário que, na verdade, sofreu pouco dinamismo ao longo dos anos 90.

Em síntese, podemos concluir que, no conjunto das mudanças que caracterizam a evolução das estruturas familiares em Portugal, começam a assumir alguma importância a coabitação, as novas formas de família e a individualização (esta última centrada na maior autonomia residencial de indivíduos não casados, jovens ou idosos), e a acentuar-se, de uma forma mais marcada, a privatização da família conjugal (casais com ou sem filhos a viver sem outros familiares). Estas tendências traduziram-se na diminuição, em todos os contextos regionais, do número de agregados de famílias complexas e da proporção de casais com filhos, a par com o aumento dos casais sem filhos, das pessoas sós, dos vínculos conjugais informais e das famílias recompostas. Globalmente são estas as grandes tendências de transformação: por um lado, alguma desfamilialização (assente na quebra dos casais com filhos e no aumento das pessoas sós) e desinstitucionalização (vínculos conjugais informais), embora ainda pouco marcadas se tomarmos os outros países europeus como contexto de referência; por outro lado, uma clara privatização progressiva das estruturas conjugais. Não se encontra, no entanto, uniformidade a nível do espaço nacional. Sob o pano de fundo de diversos contrastes — entre o norte e o sul, o litoral urbanizado e o resto do país, o interior envelhecido e o litoral menos envelhecido — e de variadas heranças culturais e sociais descobrem-se padrões regionais diferenciados no que respeita ao recorte das mudanças operadas. Sobressai, designadamente, o contraste entre três grupos de regiões: um em que predomina a queda das famílias complexas, mantendo-se forte, no momento actual, a familialização centrada nos casais com filhos e em vínculos conjugais formais (grupos 1 e 2); outro em que se dá um incremento acentuado da individualização, da informalização e das novas formas de família (grupos 3 e 4); outro ainda em que a desfamilialização se associa ao envelhecimento e à interioridade, provocando ao longo do tempo uma diminuição acentuada dos casais com filhos e um aumento dos idosos sozinhos e em casal sem filhos (grupos 5 e 6). Trata-se, evidentemente, de um retrato da diversidade regional desenhado a traço largo. Mas revela, desde já, a forma complexa como a mudança familiar e as especificidades socio-regionais se articulam para reconfigurar, ao longo das últimas décadas, os traços de distinção nos modos de estruturação da vida familiar.

Karin Wall. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

E-mail: karin.wall@ics.ul.pt

Sofia Aboim. Investigadora associada júnior do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa; doutoranda no ISCTE. E-mail: sofia.aboim@ics.ul.pt